

**ATA, 80.^a REUNIÃO,
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024**

Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala das Sessões dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal, tendo sido simultaneamente transmitida via *streaming* no sítio institucional do Município.

Membros Eleitos da Assembleia Municipal presentes na Sessão: Paulo Jorge Lopes Teixeira; Paulo Manuel Ferreira da Silva, em substituição de José Agostinho de Sousa Pinto; Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo; Tomás Pinto Cardoso Almeida, em substituição de Miguel Botelho Gomes Barbosa; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição de Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Rita Sofia dos Santos Freitas, em substituição de Fernanda Perpétua Rodrigues; Miguel Almeida Côrte-Real Gomes; Mário Filipe Amorim Faria de Oliveira Lopes; Rui Pedro de Araújo Sá; Pedro Miguel Pereira Faria, em substituição de Susana Salbany Constante Pereira; Maria Isabel Helbling Menéres Campos; Marco Regis Lacomblez Leitão; Sílvia Lopes Soares; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; António Cândido Bonifácio Gouveia Nogueira Regueiro, em substituição de Luís Artur Ribeiro Pereira; Artur Rodrigues Pereira dos Penedos, em substituição de Rui Carlos Morais Lage; Fernando Pedro Mouta Monteiro; Carlos Aníbal Marques de Magalhães, em substituição de José Pedro Providência Santarém Anacoreta Correia; Alexandra Abreu Simões Guerra e Paz, em substituição de Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Maria da Graça Sousa Raimundo de Azevedo Laranjeira Vaz; Rui Manuel Lourido Nóvoa; Manuel Cardoso Monteiro; Pedro Schuller de Almeida e Graça Barbosa; Manuel Mesquita, em substituição de Rui Pedro da Silva Afonso; Ricardo Jorge Ferraz da Silva Brandão Meireles, em substituição de Cândida Paula Oliveira Freitas da Silva Roseira; Sofia da Costa Pimenta de Sá Azeredo; Ana Paula Pinto Coelho Lopes Lobo Cardoso; José Manuel Pinto



Varela; Alfredo dos Santos Fontinha; Paula Maria Soares Maia, em substituição de Nuno Miguel Borges Alves Pereira; José Maria Gagliardini Graça da Silveira Montenegro; Elisabete Susana Vieira de Carvalho; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Helena Isabel da Silva Maia; Rodrigo Teodoro Passos; Tiago José Pires de Oliveira Martins, em substituição de Maria de Fátima Leite Ferreira.

Membros Eleitos da Assembleia Municipal ausentes na Sessão: Paulo Nuno de Carneiro Vieira de Castro, tendo a ausência sido, posteriormente, justificada; Marta Maria Teixeira de Oliveira Massada, em substituição de João Paulo Marques de Carvalho.

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão: Junta de Freguesia do Bonfim, Maria da Graça Cunha da Costa Gualter de Vasconcellos Alves, em substituição de João Ricardo da Silva Lima Tavares de Aguiar; Junta de Freguesia de Campanhã, Paulo Jorge Pinto Ribeiro; Junta de Freguesia de Paranhos, Luís Alberto Bastos Torres, em substituição de Luís Miguel Seabra de Freitas; Junta de Freguesia de Ramalde, Luís Augusto Bragança de Assunção, em substituição de Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Tiago Pedro de Sousa Mayan Gonçalves; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Ângela Maria Figueiro Cintra, em substituição de Nuno Filipe Teixeira da Cruz; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Membros Eleitos da Câmara Municipal presentes na Sessão: Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo; Ana Catarina da Rocha Araújo; Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente; Albino Pedro Pereira Baganha; Fernando Paulo Ribeiro de Sousa; Catarina Maria da Costa Santos Cunha Pereira de Abreu; Tiago Barbosa Ribeiro; Maria do Rosário Gambôa Lopes de Carvalho; Alberto Amaro Guedes Machado; Maria Ilda da Costa Figueiredo; Sérgio Augusto Leite Aires.

Membros Eleitos da Câmara Municipal ausentes na Sessão: Rui de Carvalho de Araújo Moreira; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo.

Às 21 horas, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes **43 Membros da Assembleia Municipal.**

Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, declarou aberta a Sessão.

– PERÍODO PRELIMINAR À ENTRADA DA ORDEM DO DIA –

n.º 5, art.º 38.º do Regimento

- **Voto de pesar pela morte de Susana Maria Alfonso de Aguiar (Misia),** apresentado pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.
NUD/484240/2024/CMP

Elisabete de Carvalho, Membro do Grupo Municipal BE, começou por saudar a intervenção feita pelos Bombeiros no incêndio ocorrido, na tarde do presente dia, nas instalações da NORS, no Porto.

Apresentou o Voto de Pesar, falando sobre a carreira musical e artística de Misia, sobretudo no fado, onde foi considerada uma precursora de um novo estilo musical.

Falou também sobre o seu percurso pessoal e sobre as suas colaborações com outros músicos e artistas, enumerando várias das suas obras e prémios recebidos.

Lamentou a sua morte e prestou homenagem à sua memória.



Entrou na Sala Luís Torres, Membro do Grupo Municipal PSD.

José Manuel Varela, Membro do Grupo Municipal CDU, falou sobre a carreira de Mísia no fado, descrevendo a sua morte como uma grande perda para a cultura musical portuguesa.

Falou sobre as suas participações em várias edições da Festa do Avante!.

Informou que o Grupo Municipal CDU se associaria a este voto de pesar.

Os Grupos Municipais CDU, PS, PSD e RM subscreveram e associaram-se ao Voto de Pesar.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

- **Voto de pesar pela morte de Miguel Rodrigues Pereira**, apresentado pelo Grupo Municipal Rui Moreira, Aqui Há Porto.
NUD/485441/2024/CMP

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, apresentou o Voto de Pesar, descrevendo a vida pessoal, política e o percurso cívico de Miguel Rodrigues Pereira.

Evidenciou o seu ativismo e envolvimento pessoal em causas diplomáticas e sociais, nomeadamente o seu papel na Associação Abraço, tendo sido uma das primeiras pessoas a ter assumido publicamente estar infetado com o VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana.

Relembrou que tinha sido um dos fundadores da ANJE – Associação Nacional dos Jovens Empresários, e um dos primeiros responsáveis para a área internacional desta associação.

Lembrou também que, enquanto promotor de causas políticas, tinha apoiado, entre outros, Rui Moreira na criação do seu movimento cívico e que, no atual mandato, tinha sido candidato ao Executivo.

Destacando a sua personalidade e transversalidade, apresentou as suas condolências à família e amigos.

Os Grupos Municipais PS e PSD associaram-se ao Voto de Pesar.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Foi cumprido um minuto de silêncio em memória de Susana Maria Alfonso de Aguiar (Mísia) e Miguel Rodrigues Pereira.

- 1. Aprovação da Ata da 78.^a reunião, Sessão Ordinária realizada no dia 8 de julho de 2024 (continuação da Sessão Ordinária iniciada em 17 de junho de 2024).**

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 8 de julho de 2024. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 78.^a reunião.

- 2. Aprovação da Ata da 79.^a reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 15 de julho de 2024.**

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 15 de julho de 2024. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 79.^a reunião.



3. Informações gerais e Expediente.

- Minuta da Ata e Edital da reunião privada da Câmara Municipal realizada no dia 08 de julho de 2024.

– PERÍODO DA ORDEM DO DIA –

art.º 40.º do Regimento

(Convocatória expedida em 22 de julho de 2024

e Ordem de Trabalhos expedida em 24 de julho de 2024)

1. Deliberação sobre Autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais relativos ao apoio à Startup Portugal, no âmbito da realização do Startups & Investment Matching Conference.

NUD/460034/2024/CMP

Rui Nóvoa, Membro do Grupo Municipal BE, resumiu a proposta apresentada e disse que, tendo em conta os montantes envolvidos e estando o Executivo em final de ciclo autárquico, o Bloco de Esquerda era de opinião de que o apoio em deliberação deveria ter sido apresentado apenas para o ano de 2025 e não sob a forma de compromisso plurianual, pelo que se absteriam na votação.

Marco Leitão, Membro do Grupo Municipal PS, fez uma breve apresentação da Startup Portugal e do evento *Startups & Investment Matching Conference*, dizendo que contribuiria para o desenvolvimento económico da cidade, pelo que teria o voto favorável.

Rodrigo Passos, Membro do Grupo Municipal PSD, afirmou que este tipo de iniciativas dava às empresas as ferramentas necessárias para o seu crescimento, contribuindo também para o desenvolvimento da Região Norte e do Porto.

Dizendo depois que, dando esta iniciativa um destaque internacional à cidade e potenciando a captação de mais investimento e de emprego qualificado, a proposta seria votada favoravelmente.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, concordou com a intervenção feita por Marco Leitão, Membro do Grupo Municipal PS, e reforçou que o evento serviria para o desenvolvimento económico do Porto.

Discordou, por outro lado, do motivo invocado pelo Bloco de Esquerda para a abstenção, dizendo que um final de mandato não deve restringir decisões sobre o futuro, desde que em linha com os melhores interesses da população.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 41 votos a favor (19 RM + 9 PS + 9 PSD + 3 CDU + 1 CH) e 3 abstenções (BE).

2. Deliberação sobre Autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais relativos ao Aluguer Operacional de Veículos Ligeiros de suporte à atividade da Porto Ambiente.

NUD/448655/2024/CMP

Helena Maia, Membro do Grupo Municipal PS, analisou os considerandos da proposta.

Disse que a Porto Ambiente tinha desempenhado, desde a sua criação, um papel fundamental na gestão dos resíduos urbanos e limpeza do espaço público, necessitando, para isso, de ferramentas que permitam garantir a sua operação.

Considerando que a presente proposta cumpria com esse propósito, informou que seria votada favoravelmente.



Elisabete Carvalho, Membro do Grupo Municipal BE, fez uma breve análise à proposta.

Enquadrou os serviços prestados pela Porto Ambiente, relevando a importância de alguns serviços terem sido internalizados na Câmara Municipal.

Disse que a proposta em deliberação permitiria dotar a empresa com meios para continuar a prestar os seus serviços, com qualidade, e informou que seria votada favoravelmente.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, informou que a CDU se absteria na votação, justificando a decisão com factos ocorridos, no passado, relacionados com o processo de desativação das oficinas camarárias.

Discordou da opção de contratar externamente viaturas através de aluguer operacional. Referindo-se a intervenções anteriores sobre compromissos orçamentais assumidos em final de mandato, disse que era importante que os Executivos tivessem a preocupação de não comprometer orçamentos e políticas dos futuros eleitos.

Colocou uma questão sobre os novos equipamentos de recolha de resíduos sólidos e terminou a sua intervenção.

José Maria Montenegro, Membro do Grupo Municipal RM, disse que a cidade do Porto tinha níveis de serviços e equipamentos de excelência, demonstrativos de uma preocupação política e de compromisso para com a população.

Falou sobre decisões tomadas em final de mandato, dizendo que nenhuma das propostas apreciadas na presente Sessão limitavam mandatos futuros, discordando das preocupações levantadas.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, colocou duas questões relacionadas com os autocarros da STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto e sobre arrendamento acessível.

José Maria Montenegro, Membro do Grupo Municipal RM, dizendo que não se poderia substituir ao Executivo no esclarecimento das questões, deixou algumas notas, dizendo que a frota da STCP estava a ser renovada e que os compromissos assumidos com o arrendamento acessível têm sido apoiados pela maioria das forças políticas.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, Filipe Araújo, lembrou que o que estava a ser votado era uma renovação de contrato e não novas aquisições.

Afirmou que o atual Executivo procurava sempre prestar o melhor serviço, ao melhor preço, em cumprimento com as boas contas que assumiu ter perante os portuenses.

Falou sobre os critérios e as especificações exigidas aos fornecedores do Município para que os equipamentos possam ser utilizados pelos cidadãos, referindo-se aos novos contentores para resíduos urbanos e ao facto de alguns deles não estarem ainda em funcionamento.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 41 votos a favor (19 RM + 9 PS + 9 PSD + 3 BE + 1 CH) e 3 abstenções (CDU).

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, informou que, conforme acordado em reunião da Comissão Consultiva de Apoio à Mesa, **os pontos n.ºs 3 e 4 seriam discutidos em conjunto e votados em separado**. Fez, depois, uma nota prévia relativamente à deliberação destes pontos, nomeadamente sobre a potencial incompatibilidade de serem discutidos e votados contratos com as Juntas de Freguesia, em Assembleia Municipal, pelos Presidentes da Junta ou União de Freguesias visada nesses mesmos contratos.

Informou que, tendo sido pedido e emitido um parecer jurídico pelos serviços camarários, no final da tarde deste mesmo dia, tinham sido informados os Líderes dos Grupos Municipais e os Presidentes ou representantes das Juntas de Freguesia de que havia um



parecer da CCDR-N – Comissão Coordenadora e Desenvolvimento Regional do Norte e da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, que dizia haver um efetivo impedimento no voto ou discussão por parte dos Presidentes ou representantes das Juntas de Freguesia, sobre contratos que visem a própria Junta ou União de Freguesias.

Disse depois que, tendo tomado conhecimento deste parecer, iria solicitar que os Membros da Assembleia Municipal referidos, não discutissem ou votassem os pontos nas condições mencionadas.

O Presidente da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Tiago Mayan, pediu a palavra para dizer que, não colocando em causa a interpretação do Presidente da Assembleia Municipal, não via motivos para que fosse necessário a ausência da Sala, e que poderiam apenas não ser contabilizados os votos do Membro visado.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, disse que não tinha pedido para os Membros saírem da Sala.

A Presidente da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Sofia Maia, manifestando a sua discordância com as explicações prestadas, informou que cumpriria com o pedido efetuado, lamentando, no entanto, não terem sido consultados os Presidentes de Junta a par com os Líderes dos Grupos Municipais, dizendo que os últimos não podem agir em representação dos primeiros.

Disse que iria levar o tema à Associação Nacional de Freguesias e outras entidades competentes, para pedir um parecer adicional, solicitando que lhe fosse facultado o parecer emitido pelos serviços jurídicos da Câmara.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, pediu que, face à importância e implicações do tema, o mesmo fosse discutido na próxima reunião da Comissão Consultiva de Apoio à Mesa.

Manuel Monteiro, Líder do Grupo Municipal PSD, esclareceu que, quando consultado, apenas agiu em representação do Grupo Municipal PSD e nunca em representação dos Presidentes de Junta.

Esclareceu também que tinha sido decidido que, na presente Sessão e por uma questão de conforto, os trabalhos seriam conduzidos desta forma, dando tempo a todos os Membros da Assembleia Municipal para melhor estudarem os pareceres emitidos.

Alfredo Fontinha, Membro do Grupo Municipal PS, manifestou a sua discordância com a decisão tomada, deixando uma nota de atenção para as implicações sobre deliberações feitas anteriormente sobre pontos da mesma natureza.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, pediu que a presente discussão fosse tida de forma mais reservada, entre a Mesa e os Membros da Assembleia Municipal, para que ficasse definida a forma como serão conduzidos os trabalhos no futuro.

Saíram da Sala Luís Torres, Representante da Junta de Freguesia de Paranhos, e Luís Assunção, Representante da Junta de Freguesia de Ramalde.

3. Deliberação sobre Aprovação da celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências com a Freguesia de Ramalde, no âmbito do desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular e da Componente de Apoio à Família - ano letivo 2024/2025.

NUD/448807/2024/CMP

4. Deliberação sobre Aprovação da celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências com a Freguesia de Paranhos, no âmbito do desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular e da Componente de Apoio à Família - ano letivo 2024/2025.

NUD/448665/2024/CMP

Maria da Graça Vaz, Membro do Grupo Municipal PS, falou sobre a importância das Atividades de Enriquecimento Curricular e da Componente de Apoio à Família na formação das crianças, informando que ambas as propostas seriam votadas favoravelmente.

José Manuel Varela, Membro do Grupo Municipal CDU, enquadrou as propostas em análise na descentralização de competências para as Juntas de Freguesia.

Fez uma breve análise aos programas contemplados nas propostas e, considerando a sua relevância, disse que teriam um voto favorável.

Pedro Faria, Membro do Grupo Municipal BE, disse que o Bloco de Esquerda concordava com que os apoios prestados nos pontos em deliberação fossem assumidos pelas Juntas de Freguesia, esperando que estes programas se pudessem estender a outras freguesias da cidade.

Falou sobre a abrangência e impacto destes programas nas populações.

Informou que iriam votar a favor de ambas as propostas.

Deixou uma última nota sobre os valores a transferir para as Juntas de Freguesia, no âmbito da assunção destas competências, e sobre o vínculo laboral dos prestadores destes serviços.

Manuel Monteiro, Líder do Grupo Municipal PSD, analisou os considerandos das propostas e disse que, nada havendo a opor legalmente e politicamente, seriam votadas favoravelmente.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, Filipe Araújo, respondeu à questão colocada pelo Bloco de Esquerda, informando que os custos tinham sido ajustados ao número de turmas abrangidos por estes programas

Entrou na Sala Luís Torres, Representante da Junta de Freguesia de Paranhos.

Deliberação Ponto n.º 3: Aprovado, por unanimidade.

Saiu da Sala Luís Torres, Representante da Junta de Freguesia de Paranhos.

Entrou na Sala Luís Assunção, Representante da Junta de Freguesia de Ramalde.

Deliberação Ponto n.º 4: Aprovado, por unanimidade

5. Deliberação sobre Aprovação da celebração do contrato interadministrativo com a Freguesia de Paranhos – Orçamento Colaborativo – Edição 2024.

NUD/459108/2024/CMP

Paulo Silva, Membro do Grupo Municipal PS, congratulou a medida proposta, pela sua abrangência ao apoio local.

Dizendo que, não havendo nada a opor ao documento apresentado, seria votado favoravelmente.



Alexandra Paz, Membro do Grupo Municipal CDU, deixou algumas notas de preocupação sobre os prazos e procedimentos para apresentação das candidaturas ao programa em análise, lançamento dos contratos e a aprovação dos mesmos em Assembleia Municipal.

Informou que a proposta teria o voto favorável.

Manuel Monteiro, Líder do Grupo Municipal PSD, resumiu os pressupostos de um orçamento colaborativo e os seus objetivos.

Analisando a presente proposta, disse que teria o voto favorável.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 40 votos a favor (19 RM + 9 PS + 8 PSD + 3 CDU + 1 CH) e 3 abstenções (BE).

Entrou na Sala Luís Torres, Representante da Junta de Freguesia de Paranhos.

6. Deliberação sobre Aprovação da celebração do contrato interadministrativo de delegação de competências com a União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos – Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense – Edição 2024.

NUD/459802/2024/CMP

A Presidente da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Sofia Maia, descreveu o processo do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense na União de Freguesias à qual preside, agradecendo o trabalho de todos aqueles envolvidos no programa.

Pedro Faria, Membro do Grupo Municipal BE, reiterou o apoio do Bloco de Esquerda ao programa em análise, pela importância que para as associações e coletividades, através do financiamento de projetos de apoio social, cultural e desportivo, desenvolvidos pelas mesmas. Realçou a grande adesão ao programa, desejando que a verba fosse aumentada no futuro, para permitir prestar mais apoios.

Helena Maia, Membro do Grupo Municipal PS, disse que este tipo de apoios era vital para as associações que, através do seu trabalho, impactam positivamente a população e informou que a proposta seria votada favoravelmente.

Alexandra Paz, Membro do Grupo Municipal CDU, considerou que o Fundo de Apoio ao Associativismo era um importante instrumento de financiamento, criado no seguimento de uma proposta apresentada pela CDU, em 2019.

Disse que seria importante aumentar as verbas atribuídas ao programa, de forma a apoiar mais coletividades e associações. Deixou uma nova nota sobre o processo e prazos das candidaturas e disse que a proposta teria o voto favorável.

Sílvia Soares, Membro do Grupo Municipal PSD, informou que a proposta seria votada favoravelmente, pela sua pertinência e importância.

Destacou alguns pontos que justificavam o apoio do PSD ao programa, como o papel vital desempenhado pelas associações e coletividades junto da população.

Congratulou a transferência de competências para as Juntas de Freguesia neste âmbito e terminou a sua intervenção.

Saiu da Sala Sofia Maia, Presidente da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.



Entrou na Sala Sofia Maia, Presidente da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

7. Deliberação sobre Autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais relativos aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e Recursos com os Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas, para o ano letivo 2024/25.

NUD/447807/2024/CMP

Ricardo Meireles, Membro do Grupo Municipal PS, resumiu o acordo feito entre o Governo liderado pelo PS e as Autarquias para transferência de algumas competências que permitiam a aplicação de políticas de proximidade. Resumindo a proposta em deliberação, enquadrou-a neste processo de delegação, dizendo também que aumentaria a autonomia das escolas e a resposta mais eficaz às realidades locais e específicas, pelo que seria votada favoravelmente.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, deixou uma questão sobre as verbas envolvidas na presente proposta, nomeadamente sobre uma aparente redução face às do ano anterior. Falou depois sobre a reabilitação de algumas escolas, considerando inaceitável que algumas das candidaturas feitas pela Câmara Municipal a verbas do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, para este efeito, nomeadamente na Escola Infante D. Henrique, tivessem sido rejeitadas pela CCDR-N, pedindo explicações adicionais sobre o processo.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, Filipe Araújo, informou que as verbas tinham diminuído porque havia despesas que passavam a ser assumidas noutras rubricas.

Concordou com o interveniente anterior, quando falou sobre a reabilitação das escolas e a decisão tomada pela CCDR-N, dizendo que a Câmara Municipal ainda estava a aguardar que fosse dada uma justificação para a rejeição das suas candidaturas.

Disse que tinham já comunicado ao Governo que teriam de ser disponibilizadas mais fontes de financiamento para a reabilitação das escolas cuja gestão passou para a esfera do Município.

Pedro Faria, Membro do Grupo Municipal BE, falou sobre descentralização de competências e a discordância demonstrada pelo Bloco de Esquerda pela forma como o processo foi conduzido.

Falou também sobre regionalização, sobre o balanço da descentralização e sobre a verdadeira sobrecarga orçamental que a mesma trouxe para o Município.

Colocou uma questão sobre a atualização das verbas transferidas por aluno e sobre o futuro da Escola Ramalho Ortigão e informou que a proposta seria votada favoravelmente.

Sílvia Soares, Membro do Grupo Municipal PSD, analisou o contrato em deliberação, dizendo que era um procedimento formal necessário ao funcionamento das escolas da cidade. Disse também que permitiria uma gestão mais próxima e eficaz, adaptada a cada estabelecimento de ensino, beneficiando a comunidade escolar.

Disse depois que a estabilidade financeira e a transparência estavam asseguradas na documentação apresentada.

Salientou que a Câmara Municipal tinha estimado os recursos efetivamente necessários para o bom funcionamento das escolas, pelo que a proposta teria o voto favorável.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, Filipe Araújo, respondeu a algumas das questões colocadas, como o custo calculado por aluno e as verbas efetivamente transferidas para os Municípios, que considerou serem insuficientes, onerando as despesas da cidade.

Pedro Faria, Membro do Grupo Municipal BE, reforçou a questão sobre a Escola Ramalho Ortigão.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, Filipe Araújo, confirmou que a Escola Ramalho Ortigão seria gerida pelo agrupamento escolar enquanto se mantiver como estabelecimento de ensino, mas que, após deixar de o ser e servir para novas funções na cidade, passará a ser gerida pelo Município.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, insistiu na gravidade da situação gerada pelo indeferimento da CCDR-N da candidatura feita pelo Município para verbas para reabilitação da Escola Infante D. Henrique, principalmente por não ter sido explicado o motivo desta exclusão.

Afirmou que a Câmara Municipal não podia aceitar o comportamento da CCDR-N e a falta de transparência nos processos de decisão, devendo ser apresentado um veemente protesto junto do organismo.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, Filipe Araújo, apoiou a indignação demonstrada pelo interveniente anterior, concordando com a surpresa causada pela recusa anunciada e criticando igualmente a falta de transparência do processo de decisão. Disse que já tinha sido dirigido um pedido de esclarecimento e que estavam a aguardar uma resposta.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

8. Deliberação sobre Desafetação de parcela de terreno integrada no domínio público municipal - Rua do Estoril.

NUD/448487/2024/CMP

Alfredo Fontinha, Membro do Grupo Municipal PS, disse que a proposta e os seus considerandos estavam bem fundamentados, pelo que seria votada favoravelmente.

José Manuel Varela, Membro do Grupo Municipal CDU, resumiu a proposta e disse que, nada havendo a opor, teria o voto favorável.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

– PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS –

art.º 41.º do Regimento

Os cidadãos Irene Brandão e Justino Teixeira descreveram um problema de infiltrações na sua casa de família, situada na freguesia do Bonfim, decorrentes de um problema que teria origem na parede contígua com a casa vizinha, que se encontra devoluta e será propriedade do Município do Porto.

Explicaram ainda que, tendo reportado por várias vezes este assunto aos serviços camarários – que já terão visitado o local – nada foi feito até ao momento e solicitaram ajuda na resolução do problema.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo e Azevedo, informou que daria conhecimento desta intervenção aos serviços camarários.



Nada mais havendo a tratar, **e tendo sido atribuído por unanimidade um Voto de confiança à Mesa, para elaboração da presente Minuta, nos termos do n.º 7 do artigo 64.º do Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, encerrou os trabalhos da Sessão, eram 23h17.**

O Presidente da Assembleia Municipal

Sebastião Feyo de Azevedo

A Primeira Secretária

Isabel Menéres Campos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Aprovação da Ata da 80.^a reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 29 de julho de 2024.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 29 de julho de 2024. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 80.^a reunião.

Deliberada em Sessão Ordinária de 16 de setembro de 2024.

O Presidente

Sebastião Feyo de Azevedo

A 1.^a Secretária

Isabel Menéres Campos

A 2.^a Secretária

Carla Leitão